Quem Tem Medo do Mérito Absoluto na Universidade?

Por ORFEU BERTOLAMI, Físico do Instituto Superior Técnico
Sábado, 03 de Abril de 2004

Uma das medidas mais positivas do actual Governo foi a fusão num único ministério das actividades executivas referentes ao ensino superior, à ciência e à tecnologia. A lógica desta orgânica parece-me irrefutável: uma fracção substancial da investigação científica e tecnológica do país é levada a cabo nas universidades e a actividade universitária têm especificidades que merecem uma separação do complexo Ministério da Educação. Contudo, para além desta medida pouco se avançou, pois os aspectos mais visíveis desta política são a redução dos salários e a paralisação dos mecanismos de financiamento da investigação. A questão fulcral da reformulação dos estatutos da carreira docente universitária (ECDU) parece ter sido protelada por razões políticas ou simplesmente esquecida.

Provavelmente, a maioria dos portugueses não tem conhecimento que o sistema reinante nas universidades portuguesas é o autocrático e não o meritocrático que caracteriza as melhores universidades dos países desenvolvidos. Neste modelo, por força da estrutura do ECDU, são tristemente frequentes os casos de prepotência, corrupção intelectual e favorecimento. Oposição e atitudes críticas são frequentemente punidas com o bloqueio sistemático à progressão na carreira. No seio deste sistema, o clima resultante é de medo, desânimo e frustração. A questão do mérito absoluto, central para a criação de um verdadeiro espírito universitário, não passa de uma miragem.

Neste contexto, é imperativo indagar como se pode quebrar o círculo vicioso. Com relação à natureza das necessárias reformas, a experiência das grandes universidades no mundo desenvolvido não deixa margem para dúvidas: um sistema objectivo de avaliação do desempenho dos docentes, com ênfase na criatividade e produtividade e que garanta a ascensão na carreira por mérito é uma condição imprescindível para garantir altos e sustentados níveis de qualidade de ensino e investigação.

Por exemplo, nas universidades norte-americanas, que detêm a posição de campeãs na exportação de cultura científica e nos parâmetros de qualidade (número de trabalhos publicados em revistas internacionais, citações na literatura, supervisão de estudantes, patentes internacionais, etc.), a lógica é estimular os docentes a atingirem o topo da carreira rapidamente após a nomeação definitiva. Neste sistema, a nomeação definitiva implica, após rigorosa avaliação, a promoção automática à categoria de professor associado do quadro. Esta passagem acontece, frequentemente, cinco anos após a admissão, sendo esta possível somente após o doutoramento, em geral, obtido noutra universidade.

Esta fórmula é considerada por muitos como o verdadeiro motor da vitalidade do fazer científico nas universidades: qualquer docente que trabalhe afincadamente e com bons resultados deve chegar ao topo da carreira, sem empecilhos administrativos. Claro está que este modelo tem por detrás de si um elevadíssimo grau de exigência. Diríamos que este sistema é a própria antítese do vigente em Portugal. Aliás, é no capítulo das promoções e concursos que o rol de práticas anormais atinge níveis mais alarmantes.

Primeiramente, o sistema funciona segundo a abertura de vagas, processo que é fortuito e de natureza administrativa. Para além deste obstáculo, o sistema tende a privilegiar os candidatos mais dóceis, os da "casa", os com o melhor nome de família, etc. Frequentemente, argumenta-se que a cultura da competitividade, como a dos Estados Unidos, é demasiado diferente da nossa para que seja válida qualquer comparação. Argumentos desta natureza não são aceitáveis, pois há na Europa um vivo desejo de dinamizar as universidades transformando-as em componentes activas no desenvolvimento científico, na formação dos melhores quadros dirigentes e como reservatório das competências para a solução dos problemas do século XXI.

Estas práticas são evidentes em países de dimensões semelhantes ao nosso, como a Finlândia, a Holanda e a Suécia. Também não podemos esquecer que muitas universidades europeias são símbolos indiscutíveis de qualidade e originalidade e que, entre estas e as melhores universidades americanas, o denominador comum é a defesa intransigente da meritocracia.

Parece-me claro que a manutenção do presente sistema universitário é quase uma garantia de que, nas próximas décadas, Portugal continue na cauda da ciência europeia, apesar do seu enorme potencial de expansão. Escusado será dizer que um sistema nestas condições lesa os interesses do contribuinte português, que conta com a universidade como um investimento para o futuro dos filhos, tanto no capítulo da formação como no das oportunidades de emprego.

Não pode ser esquecido que Portugal desenvolveu nos últimos anos um meritório esforço na formação de quadros especializados e que, provavelmente, a geração actual é a mais bem preparada que o país já teve. Contudo, creio não ser exagerado afirmar que, caso não haja reformas urgentes, esta geração não será protagonista do grande salto qualitativo de que o país necessita, mas do drama de não poder exercer actividade profissional em Portugal por estarem as nossas universidades bloqueadas e regidas por uma legislação anacrónica e ineficiente. Julgo ser vital promover um amplo debate sobre a introdução do mérito absoluto no seio do ECDU e implementar um conjunto de mudanças estruturais para inverter este triste quadro. ▲

OUTROS TÍTULOS EM CIÊNCIAS

- "O cérebro armazena memórias na forma de pequenos filmes"
  - "Podem ser implantadas falsas memórias na nossa cabeça"
- Identificado gene que pode aumentar risco de autismo

- Energia solar é tema de concurso para alunos

OPINIÃO

- Quem tem medo do mérito absoluto na universidade?

.